

UMA AUTOBIOGRAFIA BIOGRÁFICA: LEITURA DO MINICONTO DE UM ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Cyntia dos Santos Jorge¹
Analice de Oliveira Martins²

RESUMO

Considerando que a socioeducação pretende auxiliar os adolescentes a ressignificar suas trajetórias e a construir novos projetos de vida, e que a produção textual de um adolescente em conflito com a lei é uma forma de existir no mundo, objetiva-se investigar a escrita de si e as ficções de autoria existentes no miniconto “sujeito” de um adolescente socioeducando em cumprimento de medida socioeducativa. Para tanto, procede-se à investigação de natureza qualitativa, pois analisa um conjunto de fenômenos humanos que compreendem a realidade social, baseando-se nas reflexões de Minayo (2009); além de descritiva e exploratória, fundamentando-se em levantamento bibliográfico e em experiências, com Prodanov e Freitas (2013). O estudo aborda os temas da adolescência e da socioeducação, a partir de Pinto e Silva (2014) e Bisinoto *et al.* (2015); do tipo textual narrativo e dos gêneros textuais conto e miniconto, com base em Bosi (s. d.), Vieira (2015) e Koch (2021); e das Escritas do Eu e Ficções da Autoria, sob a ótica de Sibilía (2008) e Lejeune (2014). Deste modo, observa-se que a narrativa ficcional expressa no miniconto, pela verossimilhança, dá voz a outras subjetividades, resultando no pacto autobiográfico, o que permite concluir que narrar é uma forma de textualizar a realidade que se experiencia, o que resulta em uma autobiografia biográfica, uma vez que o miniconto é testemunho de si e enuncia uma voz coletiva.

Palavras-chave: Socioeducação, Miniconto, Ficção, Autobiografia.

1 Mestre e Doutoranda pelo Curso de Cognição e Linguagem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, cyntiasj@gmail.com;

2 Doutora pelo Curso de Estudos de Literatura, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RIO, analice.martins@terra.com.br.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho³ tem como tema de estudo a socioeducação, que traz como objetivo auxiliar os adolescentes a ressignificar suas trajetórias e a construir novos projetos de vida. O Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) é um órgão, vinculado à Secretaria de Estado de Educação, que tem a responsabilidade de promover a socioeducação no Estado do Rio de Janeiro. Um departamento integrante do Sistema de Garantia de Direitos, responsável pela execução de atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei – baseados nos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e nos elencados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990). Esta pesquisa aconteceu no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD) de Campos dos Goytacazes/RJ, uma unidade do DEGASE, de atendimento aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade.

Um miniconto produzido em um dos encontros da pesquisadora com os socioeducandos, na sala de leitura *Graciliano Ramos*, de uma unidade socioeducativa, é o objeto de estudo deste trabalho, o qual é lido, a partir da teoria das Escritas do Eu e Ficções da Autoria, que analisa produções narrativas e ficções subjetivas. Essas produções envolvem pormenores, como escolha de um gênero, por meio do qual os textos circulam; análise dos sujeitos autores dos discursos; verossimilhança; além de outras questões, indubitavelmente, imbricadas; tendo como justificativa a produção textual de um socioeducando ser uma forma de existir no mundo.

O questionamento para esse trabalho surgiu a partir da inquietação de como a ficção do miniconto de um adolescente em conflito com a lei pode representar a escrita de si e dos eus de tantos outros socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa. Acredita-se que a narrativa ficcional expressa no miniconto, pela verossimilhança, dá voz a outras subjetividades, resultando no pacto autobiográfico (Lejeune, 2014). Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, uma vez que “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo,

3 Este capítulo é resultado de pesquisa de campo em uma unidade socioeducativa, com discussões teóricas a partir de referências bibliográficas da disciplina *Escritas do Eu e Ficções da Autoria*, ministrada pela Professora Doutora Analice de Oliveira Martins, do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF.

2009, p. 21), ou seja, um conjunto de fenômenos humanos que compreendem a realidade social. É também descritiva e exploratória, pois se fundamenta em levantamento bibliográfico e em experiências (Prodanov; Freitas, 2013).

O objetivo geral deste estudo é investigar as narrativas presentes no miniconto “sujeito”, produzido por um socioeducando em cumprimento de medida socioeducativa, com base nas reflexões teóricas de Lejeune (2014) e Sibilia (2008). A investigação busca compreender como a escrita de si, nesse contexto específico, opera como um mecanismo de expressão pessoal e coletiva, revelando camadas de subjetividade que transcendem o individual para atingir um nível de enunciação coletiva. Ao utilizar o conceito de pacto autobiográfico de Lejeune (2014), a pesquisa examina como o socioeducando, ao contar sua própria história, cria uma ficção que, embora breve, está profundamente enraizada em experiências reais e compartilhadas. Já as contribuições de Sibilia (2008) permitem uma análise mais ampla sobre a ficção de autoria e a necessidade de criação de narrativas próprias como forma de existência e resistência, especialmente em contextos de vulnerabilidade, como o vivido pelos adolescentes socioeducandos. Portanto, a análise do miniconto não só ilumina as subjetividades individuais, mas também oferece uma visão sobre as dinâmicas coletivas presentes na experiência socioeducativa.

METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos adotados neste estudo seguiram uma abordagem qualitativa, conforme delineado por Minayo (2009), que destaca a importância de explorar os significados, motivações, crenças, valores e atitudes dos sujeitos envolvidos. Essa abordagem foi escolhida por sua capacidade de interpretar os fenômenos sociais de maneira profunda e contextualizada, permitindo uma compreensão detalhada das experiências vividas pelos adolescentes em conflito com a lei. A pesquisa qualitativa é particularmente apropriada para estudos que envolvem sujeitos em situações de vulnerabilidade, uma vez que busca capturar a complexidade das interações humanas e os significados atribuídos a essas vivências.

Para a coleta de dados, foram empregadas técnicas que incluíram tanto a observação participante quanto a observação não participante. A observação participante envolveu a imersão da pesquisadora nas atividades desenvolvidas com os socioeducandos, o que permitiu uma interação mais próxima e a coleta

de informações diretamente das práticas e discursos dos adolescentes durante os encontros. Essa proximidade favoreceu uma análise mais detalhada dos comportamentos, interações e respostas dos participantes às propostas de leitura e produção textual. Já a observação não participante foi realizada em vários momentos, nos quais a pesquisadora adotou uma postura mais distanciada, permitindo uma análise mais objetiva das dinâmicas do grupo e das reações dos adolescentes, sem interferir diretamente no ambiente.

As atividades de leitura e escrita, realizadas na sala de leitura “Graciliano Ramos”, em uma unidade socioeducativa, proporcionaram um ambiente em que os socioeducandos puderam expressar seus sentimentos e narrativas pessoais. Para a análise dos textos produzidos, optou-se pela abordagem interpretativa, com base nas teorias das Escritas do Eu e Ficções da Autoria, visando compreender como a escrita de si reflete as experiências vividas pelos adolescentes em conflito com a lei.

Cabe ressaltar que todas as atividades realizadas com os adolescentes foram anteriormente aprovadas pela instituição, uma vez que eram coordenadas por uma servidora pública responsável pela sala de leitura, o que garante respeito aos princípios éticos da pesquisa com seres humanos. Foram seguidos rigorosamente os procedimentos de confidencialidade e anonimato dos participantes, assegurando que suas identidades fossem preservadas em todas as fases do estudo.

Em suma, a metodologia deste estudo seguiu padrões éticos e metodológicos, visando não apenas a obtenção de dados válidos e confiáveis, mas também o respeito à dignidade e às experiências dos adolescentes, criando um espaço em que suas narrativas pudessem emergir de maneira genuína e significativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Falar em adolescência é, indubitavelmente, vinculá-la ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069 (BRASIL, 1990), que representou um marco legal e regulatório nacional nas políticas de atenção à infância e à adolescência. Segundo o Estatuto:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e **adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.**

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (Brasil, 1990, grifos nossos).

O adolescente é definido pelo ECA como a pessoa entre 12 e 18 anos de idade. O estatuto garante a esse grupo o direito à proteção integral, priorizando seus direitos à saúde, educação, convivência familiar, e o desenvolvimento pleno como cidadão. O adolescente é visto como sujeito de direitos, em fase de desenvolvimento, e que necessita de um cuidado diferenciado em relação aos adultos, inclusive em casos de conflitos com a lei.

No início da década de 1990, quando foi promulgado o ECA, a expressão socioeducação surgiu, pela primeira vez, no segundo livro do Estatuto, que traz as medidas socioeducativas – medidas específicas de ação do Estado para adolescentes autores de atos infracionais (Bisinoto *et al.*, 2015). A socioeducação é uma prática pautada em um conjunto articulado de ações, as quais se aproximam da educação e do desenvolvimento do potencial dos jovens, de acordo com Pinto e Silva (2014). Nesse sentido, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), estabelece que

Ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a **elaboração de um projeto de vida**, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual), possibilitando que assuma um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto, **é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas** (Brasil, 2006, p. 52, grifos nossos).

O SINASE evidencia que o maior objetivo da socioeducação é o favorecimento da elaboração de um projeto de vida. Para atingir esse objetivo, são necessários acontecimentos que estimulem autonomia, solidariedade, bem como competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas. Esses estímulos, por sua vez, oportunizam ao adolescente uma criticidade em relação à realidade que experienciava antes do cometimento do ato infracional e, conseqüentemente, em relação às experiências que deseja vivenciar após o cumprimento da medida socioeducativa.

Percorrendo esse objetivo, esta pesquisadora, que coordenou atividades de leitura na sala de leitura *Graciliano Ramos*, da unidade socioeducativa, propôs

aos socioeducandos que elaborassem produções, utilizando vários gêneros textuais, que tivessem como objetivo a escrita de si, para comporem um livro, ainda artesanal, dos adolescentes do CRIAAD Campos. Repente, desenho e miniconto são exemplos de gêneros textuais utilizados para expressar os sentimentos dos socioeducandos sobre si mesmos. Restou a este trabalho, portanto, apresentar o miniconto produzido por um socioeducando como objeto de análise, o que acontecerá após uma breve discussão sobre o conto e sobre o miniconto.

DO CONTO AO MINICONTO – GÊNEROS DA TIPOLOGIA NARRATIVA

O gênero textual miniconto, objeto de análise deste trabalho, nasce a partir de outro gênero, o conto. Ambos são pertencentes à tipologia textual narrativa, cujo objetivo é contar um ato ou acontecimento. As palavras de Koch (2021, p. 63) são esclarecedoras nesse sentido, pois

As sequências narrativas apresentam uma sucessão temporal/causal de eventos, ou seja, há sempre um antes e um depois, uma situação inicial e uma situação final, entre as quais ocorre algum tipo de modificação de um estado de coisas.

A autora chama a atenção para um dos principais aspectos do tipo textual narrativo, o temporal, pois há uma relação de anterioridade e posterioridade, contada por um narrador, em determinado tempo e espaço, envolvendo personagem(ns).

Um dos gêneros textuais mais citados para se referir a esse tipo textual é o romance, que apresenta os componentes do tipo narrativo, escrito em prosa e mais extenso. Porém, na ficção contemporânea, de acordo com Bosi (s. d.) surgiu outro gênero textual, que alcançou um patamar de conhecimento tal como o do romance: o conto.

“O conto cumpre a seu modo o destino da ficção contemporânea” (Bosi, s. d., p. 7). Esse modo a que o autor está fazendo referência é o modo breve, curto, de apresentar os mesmos elementos do texto narrativo, em poucas páginas: uma narrativa curta que “[...] condensa e potencia no seu espaço todas as possibilidades da ficção” (Bosi, s. d., p. 7).

Se o conto já era uma novidade em relação à brevidade da narração, o que se poderia dizer a respeito de um gênero novo, também nascido na con-

temporaneidade, tendo como referencial a literatura modernista, com valores fracionados, o miniconto? Para uma pergunta retórica como essa, a resposta não teria outro caminho que a do diálogo com o modernismo iniciado na Semana de Arte Moderna de 1922:

O miniconto brasileiro contemporâneo (e estamos pensando em escritores como Marina Colasanti, João Gilberto Noll, Ivana Arruda Leite, Fernando Bonassi, Verônica Stigger, e muitos outros) **dialoga**, assim, **não só com a literatura do primeiro modernismo, como também com a produção posterior**, estabelecendo um notável processo de aproximação e alinhamento entre autores que buscaram em suas obras **dizer o máximo com o mínimo, usando, para isso, a narrativa curta como parâmetro** (Vieira, 2015, p. 78, grifos nossos).

A lógica de aproximação, especialmente no que diz respeito à brevidade, mantém-se como uma característica central do miniconto contemporâneo. Essa concisão é o que permite ao gênero explorar de forma intensa e precisa os elementos essenciais da narrativa — enredo, personagem, tempo, espaço e narrador — condensando todos eles em um espaço reduzido, sem perder a profundidade e a capacidade de impactar o leitor. Mesmo com poucas palavras, o miniconto consegue transmitir uma história completa, repleta de significados, que muitas vezes exigem uma leitura atenta e reflexiva para desvendar suas camadas de interpretação. No caso do miniconto produzido por um socioeducando, essa economia de palavras não implica uma simplificação do conteúdo, mas sim uma intensificação da carga simbólica e emocional que os elementos narrativos carregam.

Cada detalhe — seja a escolha das palavras, o ritmo da narrativa ou o desenvolvimento dos personagens — assume uma importância ainda maior, pois deve contribuir de maneira eficiente para a construção do significado final. O tempo, por exemplo, pode ser trabalhado tanto no plano cronológico quanto no psicológico, enquanto o espaço pode funcionar como um símbolo das condições de vida ou das limitações impostas ao personagem. A perspectiva do narrador também é crucial, pois, ao ser inserida em uma estrutura tão breve, ela precisa ser clara e precisa para transmitir a subjetividade do protagonista de forma direta.

No contexto da socioeducação, essa lógica de brevidade é ainda mais significativa. O miniconto de um socioeducando, como o que será analisado a seguir, não é apenas uma peça literária; é também um testemunho de vida, uma

forma de resistência e de expressão pessoal. A brevidade, nesse caso, torna-se uma forma de enfatizar o caráter urgente e essencial da narrativa do adolescente, cujas vivências complexas e marcadas pela vulnerabilidade social são sintetizadas em poucas linhas, mas carregadas de significados profundos. Dessa forma, o miniconto transcende o simples exercício literário e se transforma em uma potente ferramenta de expressão e reflexão sobre a realidade do socioeducando, mostrando que, mesmo na limitação das palavras, pode-se contar uma história de grande densidade e relevância.

O MINICONTO DE UM SOCIOEDUCANDO À LUZ DAS ESCRITAS DO EU E FICÇÕES DA AUTORIA

Segundo Sibilia (2008), a ficção é uma necessidade, uma vez que todos nós somos eventos desses relatos. E se os relatos são a matéria de nos fazer sujeitos, ao leitor deste trabalho cabe a leitura do miniconto neste momento: “O sujeito só quer dormir e acordar no outro dia para ir embora” (socioeducando).

Um adolescente que não sabe ler e escrever é o autor desse texto. Esse fato não o impediu de participar da atividade e de utilizar a linguagem verbal oral para expressar uma escrita de si. Pelo seu relato, que foi classificado como miniconto por esta pesquisadora, o adolescente se estabeleceu enquanto sujeito. Interessante notar que a expressão sujeito, que é utilizada na reflexão teórica de Sibilia (2008), aparece na escrita de si do socioeducando, pois ambos utilizam a linguagem, ora para refletir sobre ficção, ora para, por meio da ficção, refletir sobre si e sobre a escrita de si.

Tanto o é, que “[...] é preciso escrever para ser, além de ser para escrever” (Sibilia, 2008, p. 33). O adolescente jamais poderia produzir um texto sem ser um socioeducando que cumpria medida socioeducativa na ocasião; além de no ato da escrita ele perceber que o é. A escrita ficcional do eu, nesse sentido, é um caminho que o leva a si mesmo.

O sujeito do miniconto é tanto personagem quanto protagonista, assumindo também o papel de narrador-personagem, o que lhe confere uma perspectiva intimista e subjetiva na narração. Esse duplo papel – o de quem conta e ao mesmo tempo vive a história – reforça a autenticidade e a profundidade emocional do texto, permitindo que o leitor adentre o mundo interno do personagem, vivenciando suas percepções e angústias de maneira direta. O enredo gira em torno do cumprimento da medida socioeducativa, mas não é apenas um

relato de fatos; é uma exploração da experiência subjetiva de quem está imerso nessa realidade, vivenciando um tempo predominantemente psicológico.

Os verbos “dormir” e “acordar” emergem como elementos centrais na construção desse tempo psicológico. Eles não apenas descrevem ações físicas, mas são carregados de significado simbólico. O ato de “dormir” durante os dias de semana torna-se uma metáfora para a suspensão da vida, o desejo de evitar o enfrentamento da realidade da unidade socioeducativa, um espaço de controle e limitação. Para o socioeducando, esses dias são marcados por uma espera passiva, uma tentativa de transcender o tempo cronológico e escapar da rotina desgastante e confinada da medida socioeducativa. “Dormir” torna-se, assim, uma forma de fuga, de desconexão do espaço em que se encontra e das obrigações que lhe são impostas.

Por outro lado, “acordar” assume o papel de um símbolo de liberdade e retorno ao convívio familiar e social. O socioeducando anseia por “acordar” na sexta-feira, pois esse verbo representa o momento de reencontro com o mundo exterior, com sua vida fora dos muros da instituição. O fim de semana torna-se o único espaço em que a vida real parece acontecer, o tempo em que ele volta a ser parte de uma dinâmica familiar e social mais ampla, longe das regras e limitações do sistema socioeducativo. A narrativa revela, portanto, uma dissociação entre o tempo cronológico (os cinco dias completos que precisa viver na instituição) e o tempo psicológico (em que a verdadeira vida parece pausada, aguardando o “acordar” que permitirá o retorno à liberdade).

O enredo, embora pareça simples na superfície – o ciclo semanal de permanecer na unidade de segunda a sexta-feira – carrega uma carga emocional densa, pois expõe o desejo profundo do socioeducando de evitar o sofrimento cotidiano que o cumprimento da medida impõe. Ele deseja “dormir” durante esse período, uma metáfora para o desejo de não participar ativamente desse tempo, de passar por ele de maneira anestesiada, esperando apenas pelo momento de “acordar” na sexta-feira e sair da instituição.

Para entender o desejo de fuga do tempo cronológico, a partir de uma percepção psicológica, é necessário constatar o que esse espaço socioeducativo representa, juntamente a tudo que com ele o adolescente convive. Há uma expressão de Petit (2009) que se aproxima da interpretação do adolescente sobre a unidade socioeducativa: “espaço de crise”. Essa terminologia faz referência a espaços que representam crise, ou instabilidade, seja social, familiar ou econômica, a que sujeitos estão submetidos. São espaços em que os sujeitos

precisam ser tocados pelo poder formador e transformador de algo. As unidades de socioeducação são uma base física para organização e funcionamento do programa de atendimento socioeducativo, que, apesar da lei do SINASE (Brasil, 2012) prever que não sejam espaços que se assemelhem a estabelecimentos penais, há regras a serem cumpridas, como horários para todas as atividades de alimentação, banho, lazer, etc; bem como a necessidade de assinatura de autorização para se sair da unidade, ou seja, com restrição de sua liberdade. Esse controle da liberdade gera sofrimento, portanto.

Nesses espaços de crise, de acordo com Petit (2009), é que precisam ser proporcionadas atividades educativas que os ajudem a construir novos projetos de vida, pois “[...] em tais contextos, crianças, adolescentes e adultos poderiam descobrir o papel dessa atividade na reconstrução de si mesmos e, além disso, a contribuição única da literatura e da arte para a atividade psíquica. Para a vida, em suma” (Petit, 2009, p. 22). Uma oficina de leitura pode retirar cada um de sua solidão, além de fazer compreender, por meio das leituras e escritas de si, que os tormentos são compartilhados pelos que estão ao seu lado, de perceber que o mundo não é tão distinto daqueles que estão além das “grades”, o que representa uma questão de oportunidades (Pettit, 2009).

Narrar para esses adolescentes é uma forma de desabafo e de sobrevivência (Lejeune, 2014), uma vez que a eles cabe, com tão pouca idade, o papel de cumprir a medida socioeducativa, confiando ao sistema socioeducativo sua formação, especificamente de pessoa em situação de desenvolvimento. Responder a uma medida socioeducativa gera sofrimento, relendo as palavras do socioeducando, o que o faz, indubitavelmente, nas escritas que o convidam a falar de si, a externar esse sentimento.

Uma “[...] narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular história de sua personalidade” (Lejeune, 2014, p. 16) é uma autobiografia. O socioeducando escreve no miniconto, em forma de retrospectiva, que se repete a cada semana – uma experiência de si, utilizando a narrativa em prosa como forma de linguagem; abordando, enquanto assunto, sua experiência individual, em situação de cumprimento de medida socioeducativa; além de ser adolescente, narrador-personagem e protagonista que narra essa história.

A leitura do miniconto impacta profundamente o leitor, não apenas pela concisão característica desse gênero, mas também pela maneira como a verossimilhança é construída de maneira envolvente. Ao apresentar uma narrativa

breve, o miniconto desafia o leitor a preencher as lacunas com sua própria interpretação e imaginação, o que amplia o efeito da mimese. A mimese situa-se nas “fronteiras ilimitadas do possível” (Costa, 2011, p. 53), o que significa que, embora a narrativa possa não ser inteiramente verdadeira, ela é construída de tal forma que o leitor a reconhece como possível, como algo que poderia acontecer ou até mesmo algo que ressoa com experiências vividas. A verossimilhança, portanto, é o pilar sobre o qual o miniconto constrói sua conexão com o leitor.

Essa verossimilhança não significa apenas que o miniconto deve retratar o real de forma literal. Pelo contrário, o conceito se expande para incluir tudo o que parece real, ou seja, aquilo que é crível dentro do universo narrativo criado, mesmo que seja uma ficção. A chave para a verossimilhança está na semelhança com a realidade, em como o leitor encontra traços de familiaridade, de experiências que parecem plausíveis ou que evocam emoções genuínas, mesmo que a situação descrita seja ficcional. Nesse sentido, o miniconto age como um espelho fragmentado da realidade, em que pequenos pedaços refletem diferentes facetas do real, sem, necessariamente, representar uma única verdade absoluta.

Ao “farejar” traços do real, como sugere Lejeune (2014), o leitor é levado a estabelecer um pacto implícito com o texto, aceitando sua ficcionalidade, mas ao mesmo tempo buscando nessa ficção elementos que ecoam a vida real. Essa busca por traços de veracidade na ficção é o que torna a leitura tão imersiva.

Esse efeito da verossimilhança é ainda mais poderoso quando a narrativa emerge de contextos marginalizados, como é o caso dos socioeducandos. A ficção que produzem não apenas reflete sua realidade social e psicológica, mas também dá voz a sentimentos e vivências que muitas vezes permanecem silenciados na sociedade. A verossimilhança, então, não se refere apenas ao quão “real” é a história contada, mas sim ao quão genuinamente ela transmite as emoções, os conflitos e as esperanças de quem a narra. É essa combinação entre o ficcional e o pessoal que torna esse miniconto uma forma de arte tão impactante, pois ele consegue capturar, em poucas palavras, uma gama profunda de significados, ao mesmo tempo em que mantém uma conexão íntima com a realidade experienciada por seu autor.

Quando o adolescente verbalizou seu texto, e esta pesquisadora o materializou na linguagem verbal escrita, no quadro branco, os demais socioeducandos, e eram outros três, leram e comentaram as palavras e a experiência do outro, chancelando, assim, o pacto autobiográfico. “O pacto autobiográfico é a afirmação, no texto, da identidade, remetendo em última instância, ao nome

do autor, escrito na capa do livro” (Lejeune, 2014, p. 30). Ou seja, os leitores do miniconto creditaram-no como verdadeiro. A chancela, também explica Sibília (2008, p. 37), [...] implica uma referência a alguma verdade, um vínculo com uma vida real e com o eu que assina, narra e vive o que se conta”. Os demais socioeducandos e esta pesquisadora, que também é uma leitora desse texto, verificaram verossimilhança com a vida real e com o socioeducando que assinou, narrou e viveu o que ele contou.

Nesse movimento de carimbar o pacto, os demais socioeducandos identificavam-se profundamente com o “sujeito” do miniconto, ao ponto de confessarem, eles próprios, que compartilhavam o mesmo desejo de escapar da rotina e das dificuldades diárias, querendo apenas “dormir” durante a semana para “acordar” no fim de semana, quando, para eles, a verdadeira vida se desenrola. Esse desejo coletivo, expressado inicialmente por um único socioeducando, ecoou entre os outros, estabelecendo uma conexão entre eles que transcendia o individual, criando uma espécie de voz coletiva. Todos estavam unidos pela mesma experiência de confinamento e restrição, pela mesma ânsia de fugir temporariamente de uma realidade opressiva.

Essa identificação mútua reflete uma das principais características da escrita de si: a capacidade de traduzir experiências individuais em algo com o qual outros podem se relacionar profundamente. A escrita autobiográfica não está apenas no domínio do eu isolado, mas muitas vezes expõe e revela as vivências daqueles que compartilham de situações semelhantes, ou seja: “uma autobiografia talvez não fale a verdade sobre somente eu narrador, pois resulta na exposição daqueles que dividem as experiências com esse eu” (Schittine, 2004, p. 101). Nesse caso, o miniconto do socioeducando não apenas expressa sua própria experiência, mas se torna um espelho para os outros, expondo as experiências comuns de todos que vivenciam a mesma realidade socioeducativa.

Essa exposição, entretanto, não é percebida de forma negativa pelos socioeducandos, como se fosse uma violação de sua intimidade. Pelo contrário, ao enxergarem-se naquele “sujeito”, os adolescentes sentem-se mais conectados uns com os outros. Aquele que parece ser um estranho ou distante é, na verdade, o mais próximo, porque compartilham não apenas a rotina imposta pela medida socioeducativa, mas também os sentimentos de alienação e a esperança de fuga temporária por meio do sono. O pacto autobiográfico, então, não é apenas entre o autor e o leitor, mas entre os próprios socioeducandos, que reco-

nhecem em suas narrativas comuns um sentido compartilhado de identidade e experiência.

Essa confissão de intimidade, por meio da escrita de si, reforça a ideia de que a autobiografia transcende a simples revelação pessoal. Ela revela a rede de relações que conecta os indivíduos em suas experiências, especialmente em contextos de vulnerabilidade, como é o caso dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Ao escrever sobre si, o socioeducando está, na verdade, expondo uma realidade que é coletiva, mostrando que suas experiências, desejos e frustrações são também os de seus pares. Esse fenômeno é amplificado pela situação de confinamento, em que os adolescentes compartilham não apenas o espaço físico, mas também os mesmos sentimentos de perda de liberdade e a mesma expectativa por momentos de reconexão com o mundo exterior, nos finais de semana.

Assim, a escrita de si, nesse contexto, funciona como uma forma de resistência e sobrevivência emocional. Ao expor suas experiências e ao ver suas vivências refletidas nos outros, os socioeducandos validam mutuamente suas emoções e reforçam seus laços de solidariedade. Aquele que verbalizou primeiro o desejo de dormir e acordar apenas nos momentos de liberdade abriu uma porta para que os outros pudessem reconhecer e expressar seus próprios sentimentos. A narrativa individual, nesse sentido, se transforma em um testemunho coletivo, revelando a íntima conexão entre autobiografia e alteridade: o “eu” que narra é também o “nós” que vivencia.

Esse processo de partilha e reconhecimento é fundamental para a construção de uma identidade coletiva entre os adolescentes em conflito com a lei. Através da escrita de si, eles conseguem romper, ainda que momentaneamente, com a sensação de isolamento e encontrar um senso de comunidade, mesmo em um ambiente de restrição como a unidade socioeducativa. Dessa forma, a escrita autobiográfica não só narra a trajetória pessoal de cada um, mas também cria espaços de encontro e identificação, em que o particular se transforma em universal, e onde aquele que narra não está mais sozinho em sua experiência.

Portanto, a escrita de si no miniconto atendeu a todos os elementos da tipologia narrativa, de forma curta e arrebatadora, sendo uma autobiografia de um socioeducando, que enunciou sua experiência de cumprir a medida socioeducativa, com pacto autobiográfico chancelado pelos demais socioeducandos e pela pesquisadora autora deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, ao longo desse texto, sem intenções de exaurir o assunto, fazer apontamentos em torno da narrativa de um adolescente, que vive a experiência da socioeducação, enquanto alguém que está em conflito com a lei. As narrativas desses socioeducandos, assunto ainda pouco abordado em trabalhos acadêmicos, são recheadas de significados que evidenciam anseios e denúncias, de tantos anônimos, sobre cumprir uma medida socioeducativa. Narrar é uma forma de textualizar a realidade que experiencia. Há muitas narrativas, que se utilizam de vários gêneros textuais, para falar de si, por intermédio da arte. O miniconto, aqui analisado, não é diferente de tantos outros exemplos, mas traz uma singularidade, por ser da autoria de alguém que não tem o domínio da leitura e da escrita. Ao de enunciar suas experiências, enquanto socioeducando, o adolescente escreveu sobre si, utilizando-se do gênero que tinha domínio naquele momento, o que não o impediu de participar da atividade. Por outro lado, a falta de domínio da leitura e da escrita precisou da atenção desta pesquisadora para escrever no quadro o texto verbal oral do socioeducando, e classificá-lo como miniconto, interpretando-o, junto aos demais adolescentes, naquele momento. Sem a mediação a atividade não poderia ter percorrido o caminho até este trabalho.

É importante resgatar uma citação de Freire (2000, p. 38) neste momento:

[...] não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, também, a sociedade muda.

A visão de Freire (2000) reforça que a transformação social não é um processo isolado e unilateral. A sociedade não mudará apenas por ações punitivas ou repressivas, mas pela reconstrução de valores, sonhos e esperanças, que só podem ser viabilizados por meio da educação. Nesse contexto, as atividades de leitura e produção textual promovidas nas unidades socioeducativas transcendem o simples ato de ensinar técnicas de escrita; trata-se de oferecer aos adolescentes uma oportunidade de reconfigurar suas identidades e narrativas pessoais, criando novas perspectivas sobre si mesmos e suas realidades.

Foi através de uma dessas atividades, em uma sala de leitura dentro da unidade socioeducativa, que um socioeducando, por meio de sua escrita auto-

biográfica, deu voz à sua história e, ao fazer isso, enunciou uma voz que ecoa a experiência coletiva de tantos outros adolescentes na mesma situação. O poder dessa escrita reside em sua capacidade de expressar a subjetividade do indivíduo, ao mesmo tempo em que revela as condições de vida e as emoções compartilhadas por aqueles que também vivem a mesma realidade. Assim, o texto autobiográfico não é apenas o testemunho de um, mas carrega em si as marcas e vivências de um grupo inteiro, tornando-se uma “autobiografia biográfica” — uma narrativa pessoal que se transforma em símbolo da experiência coletiva.

A expressão “autobiografia biográfica” reflete a natureza dual desse tipo de escrita, que narra tanto as experiências pessoais quanto as de outros que compartilham um contexto semelhante. O socioeducando, ao contar sua própria história, está simultaneamente contando a história de todos os que, como ele, enfrentam o desafio de viver em uma situação de vulnerabilidade, confinamento e, muitas vezes, de estigmatização social. A escrita autobiográfica, nesse caso, torna-se um canal para o reconhecimento e a validação dessas vozes, oferecendo-lhes um espaço para expressar suas angústias, esperanças e desejos de um futuro diferente.

É nesse ponto que a educação assume um papel decisivo, como defendeu Freire (2000). Ao promover o desenvolvimento crítico e a reflexão sobre si e sobre o mundo ao redor, a educação não apenas habilita os adolescentes para novas oportunidades no futuro, mas também lhes oferece, no presente, a possibilidade de se reconciliarem com suas próprias histórias. A escrita, especialmente em um contexto socioeducativo, se transforma em um meio de reconstrução de identidade, e a educação, como ferramenta principal, possibilita que esses jovens revejam suas trajetórias e, ao mesmo tempo, reconheçam que possuem o poder de reescrever seu futuro.

Portanto, a escrita autobiográfica que surge dessa experiência transcende o simples ato de colocar palavras no papel. Ela se transforma em um testemunho de transformação — tanto individual quanto coletiva. A atividade educativa dentro da unidade socioeducativa, baseada nos princípios freirianos de conscientização e humanização, oferece a esses adolescentes uma chance de refletir, transformar e, eventualmente, se reconectar com a sociedade de uma forma que valorize suas histórias e experiências. Freire (2000) nos lembra que a educação sozinha não transforma a sociedade, mas é por meio dela que o processo de mudança se inicia. E, nesse sentido, cada narrativa, cada autobiografia

biográfica, representa uma pequena revolução no caminho para uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BISINOTO, C.; OLIVA, O. B.; ARRAES, J.; GALLI, C. Y.; AMORIM, G.; SOUZA, L. A. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento Socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 4, p. 575-585, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287145780007>. Acesso em: 16 set. 2024.

BOSI, A. **História Concisa da literatura Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2022.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional. Brasília: Casa Civil, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/ Secretaria Especial de Direitos Humanos**. Brasília: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

COSTA, L. M. da. **A poética de Aristóteles**: Mímese e verossimilhança. São Paulo: Ática, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

KOCH, I. V. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

PETIT, M. **A arte de ler, ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

PINTO, P.; SILVA, R. Socioeducação: que prática é essa? In: PAIVA, I. L.; SOUZA, C.; RODRIGUES, D. B. (Orgs.). **Justiça juvenil**: teoria e prática no sistema Socioeducativo. Natal: Editora da UFRN, 2014. p. 141-160.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SCHITTINE, D. **Blog**: comunicação e escrita íntima na internet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SIBILIA, P. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

VIEIRA, M. H. B. Origens do miniconto brasileiro contemporâneo. **Revista Língua & Literatura**, Frederico Westphalen, v. 17, n. 28, p. 66-80, ago. 2015.